

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO – ESPGE



Estagiário de Direito

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

FUNÇÃO: ESTAGIÁRIO DE DIREITO**DIREITO ADMINISTRATIVO****Questão 01**

Se uma determinada unidade administrativa do Estado do Espírito Santo possui um número de CNPJ próprio, logo:

- A) É um órgão da administração direta.
- B) É uma entidade da administração indireta.
- C) Pode ser uma fundação da administração direta.
- D) Pode ser um órgão ou uma entidade da administração.

Questão 02

Manuel é servidor público da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo e, nessa condição, causou danos a um cidadão. Após a devida apuração dos fatos, direito de defesa e contraditório, sua responsabilidade civil é:

- A) Subsidiária, desde que provada a conduta dolosa.
- B) Solidária, se comprovada a ilicitude do fato praticado.
- C) Objetiva, sendo apurada de forma regressiva pelo próprio Estado.
- D) Subjetiva, pois depende da comprovação de sua conduta dolosa ou culposa.

Questão 03

O veículo de Antônio estava estacionado em via pública, quando foi levado por fortes chuvas no mês de março de 2022. A perda total do bem pode gerar indenização estatal se:

- A) Não houver seguro privado contratado.
- B) O veículo estiver devidamente licenciado.
- C) Não for aplicável excludentes de responsabilidade.
- D) O dano prescindir denexo causal com a conduta estatal.

Questão 04

Uma ambulância do serviço de urgência transportava um paciente para o hospital. A via pública municipal estava em obras e o motorista reduziu a velocidade do veículo de socorro. Nesse momento, foi abalroado por uma viatura da polícia militar do Estado Alfa, que seguia atrás e no mesmo sentido da via. Em razão do incidente, o paciente não foi socorrido a tempo e veio a óbito. A provável responsabilidade civil extracontratual, nesse caso, é imputável:

- A) Ao Estado Alfa.
- B) À Polícia Militar.
- C) Ao Serviço de Urgência.
- D) À Administração Municipal.

Questão 05

Simone está elaborando um edital de licitação para a contratação de uma obra de construção de três postos de saúde, com base na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002. Nesse caso, independentemente do valor, a modalidade licitatória

- A) não poderá ser Pregão.
- B) pode ser Técnica e Preço.
- C) não pode ser Tomada de Preços.
- D) precisa ser dividida em três concorrências.

Questão 06

Newton é Secretário Estadual de Fazenda e, nessa condição, expediu um ato regulamentando a forma de requerimento de parcelamento do IPVA pelo cidadão. Podemos afirmar que este ato administrativo:

- A) Goza de presunção de legitimidade.
- B) Pode ser revogado, se Newton for incompetente.
- C) Pode ser anulado por razões de conveniência e oportunidade.
- D) Goza do atributo da irrevogabilidade após decorrido cinco anos.

Questão 07

Marta é governadora do Estado Alfa. Ao expedir um ato desapropriatório, cometeu um equívoco quanto à forma. Nesse caso, Marta:

- A) Praticou ato de improbidade administrativa.
- B) Terá o ato invalidado pelo Tribunal de Contas.
- C) Teria expedido o ato certo se tivesse editado um decreto-lei.
- D) A depender do vício, poderá convalidar o ato administrativo.

Questão 08

Antônia é policial militar e, nessa condição, durante uma perseguição a um meliante, precisou utilizar uma motocicleta de um cidadão que transitava próximo ao local. Esse tipo de intervenção na propriedade configura uma:

- A) Servidão pública.
- B) Ocupação temporária.
- C) Limitação administrativa.
- D) Requisição administrativa.

Questão 09

Em um contrato administrativo analisado pela Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo, constatou-se que o contratado deixou de executar uma obra em escola estadual porque o Município negou o alvará de construção, em função de mudanças na lei de zoneamento urbano. Essa situação caracteriza:

- A) Força maior.
- B) Caso fortuito.
- C) Fato do príncipe.
- D) Fato da administração.

Questão 10

Se Márcio é servidor comissionado da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo, então:

- A) Pertence à administração indireta estadual.
- B) Compõe a administração autárquica estadual.
- C) Integra a administração pública direta estadual.
- D) Não pertence aos quadros da administração pública estadual.

Questão 11

Astolfo é secretário estadual de administração e, nessa condição, praticou um ato administrativo com vício quanto ao motivo. Podemos afirmar que este ato é:

- A) Nulo.
- B) Anulável.
- C) Revogável.
- D) Convalidável.

Questão 12

Um servidor efetivo estável da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo

- A) recolherá fundo de garantia por tempo de serviço, após três anos de estabilidade.
- B) pode escolher o regime previdenciário próprio ou o Regime Geral de Previdência Social.
- C) sujeita-se ao regime de proibição de acumulação de cargos previsto na Constituição Federal.
- D) se condenado por abandono de cargo, será também demitido por improbidade administrativa.

Questão 13

Um dos princípios a ser observado pelos servidores da Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo, na análise e condução de processos administrativos, é o que determina a adequação entre os meios e os fins de interesse público. Esse princípio denomina-se:

- A) Razoabilidade e está implícito na Constituição Federal.
- B) Oficialidade, devendo os atos serem sempre publicados.
- C) Eficácia e está expresso na Constituição Federal e Estadual.
- D) Impessoalidade, acrescentado em 1998 no texto constitucional.

Questão 14

Amauri, prefeito, desapropriou um imóvel para a construção de uma escola; todavia, o terreno foi utilizado para a construção de um hospital municipal. A hipótese configura, a princípio,

- A) adestinação lícita.
- B) adestinação ilícita.
- C) tredestinação lícita.
- D) tredestinação ilícita.

Questão 15

O controle dos atos administrativos estaduais realizado pela Procuradoria-Geral do Estado do Espírito Santo caracteriza-se como controle:

- A) Consultivo externo.
- B) Parlamentar indireto.
- C) Judicial discricionário.
- D) Administrativo interno.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 16

Constituem crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal, EXCETO:

- A) Não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês.
- B) Enviar o repasse a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.
- C) Efetuar repasse que supere os limites definidos na Constituição da República Federativa do Brasil.
- D) Gastar com a Câmara Municipal mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, excluído o gasto com subsídio de seus Vereadores.

Questão 17

É possível o ingresso em domicílio, sem o consentimento do morador, durante a noite, EXCETO:

- A) Por ordem judicial.
- B) Para prestar socorro.
- C) Em caso de desastre.
- D) Em caso de flagrante delito.

Questão 18

Analise as afirmativas a seguir.

- I. É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o pseudônimo.
- II. É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo ou indenização por dano material, moral ou à imagem, a critério do desfavorecido.
- III. É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias.
- IV. É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis de internação coletiva, não se aplicando às instituições militares.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) III.
- B) IV.
- C) I e II.
- D) I e III.

Questão 19

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, inclusive para as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos, fixada em lei.
- II. É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura, exigindo-se licença, nos casos previstos em lei.
- III. São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- IV. É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 20

São considerados fundamentos da República Federativa do Brasil, EXCETO:

- A) A cidadania.
- B) A soberania.
- C) A dignidade da pessoa humana.
- D) O pluralismo político-partidário.

Questão 21

Segundo a Constituição, são gratuitos para os reconhecidamente pobres, na forma da lei:

- A) O registro civil de nascimento e a certidão de óbito.
- B) A ação de improbidade administrativa e as ações de defesa do consumidor.
- C) O mandado de injunção coletiva e a defesa no processo penal por crime hediondo.
- D) O mandado de segurança coletivo e a defesa no procedimento administrativo disciplinar.

Questão 22

Compete aos Municípios, EXCETO:

- A) Legislar sobre assuntos de interesse local.
- B) Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.
- C) Explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- D) Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Questão 23

São princípios da administração pública direta e indireta de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- A) Legalidade; impessoalidade; moralidade; opacidade; e, eficiência.
- B) Legalidade; impessoalidade; moralidade; publicidade; e, eficiência.
- C) Legalidade; impessoalidade; anacronismo; publicidade; e, eficiência.
- D) Legalidade; impessoalidade; moralidade; privacidade mitigada; e, eficiência

Questão 24

Segundo o Art. 38 da Constituição Federal de 1988, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, EXCETO:

- A) Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- B) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo ou função, não se aplicando ao emprego público, por ser regido pela CLT.
- C) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- D) Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma citada em inciso antecedente.

Questão 25

Analise as afirmativas a seguir.

- I. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, desde que naturalizados, na forma da lei.
- II. A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas, exclusivamente, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- III. O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- IV. Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) II e III.
- D) III e IV.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 26

Após ser cientificado de processo instaurado em seu desfavor, Marcos apresenta, no prazo legal, a sua contestação. A respeito dos atos processuais das partes, considerando a situação hipotética, a contestação é considerada:

- A) Ato real.
- B) Ato instrutório.
- C) Ato dispositivo.
- D) Ato postulatório.

Questão 27

Considerando o sistema de valoração das provas adotado pelo Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) Adota-se o sistema da prova tarifada.
- B) Adota-se o sistema da persuasão racional.
- C) Existe hierarquia quanto ao valor das provas.
- D) A liberdade do juiz na análise da prova é totalmente livre.

Questão 28

Durante o curso ordinário de sua atividade funcional, o juiz Quincas recebeu uma petição inicial e deverá analisá-la. Se Quincas verificar que estão presentes os requisitos de admissibilidade e não for caso de improcedência liminar do pedido, designará audiência de conciliação ou mediação com antecedência:

- A) De até 90 dias.
- B) Mínima de 30 dias.
- C) Mínima de 90 dias.
- D) Máxima de 30 dias.

Questão 29

Antônio decidiu propor ação de indenização por danos morais em face de Pedro. Considerando o disposto no Código de Processo Civil, bem como o caso hipotético, a ação pretendida por Antônio será considerada proposta quando:

- A) Houver a citação do réu.
- B) For protocolada a petição inicial.
- C) A petição inicial for analisada pelo juiz.
- D) A petição inicial for autuada e registrada.

Questão 30

Ana, casada em regime de comunhão parcial de bens, é demandada em determinada ação que versa sobre direito real imobiliário. De acordo com o Código de Processo Civil, levando em consideração o caso hipotético, o cônjuge de Ana:

- A) Poderá ser citado para a ação.
- B) Deverá ser citado para a ação.
- C) Não precisará ser citado para a ação.
- D) Deverá ser citado para a ação apenas se ele e Ana fossem casados em regime de separação de bens.

Questão 31

Ciro é parte em processo judicial que tramita na Vara Cível da Comarca X. Inconformado com a sentença proferida pelo juiz da causa, **Ciro decide recorrer. De acordo com as informações hipotéticas, o recurso adequado a ser interposto é:**

- A) Apelação.
- B) Recurso ordinário.
- C) Agravo de instrumento.
- D) Embargos de declaração.

Questão 32

Joaquim foi arrolado como testemunha de defesa em processo judicial que tramita na Vara Cível da Comarca X. Entretanto, ele reside em município diverso da área de abrangência da referida comarca. Nos termos do Código de Processo Civil, de acordo com o caso hipotético, para a oitiva da testemunha:

- A) Poderá ser expedida carta rogatória.
- B) Poderá ser expedida carta precatória.
- C) Deverá comparecer, obrigatoriamente, no Juízo da Comarca X.
- D) O ato processual não poderá ocorrer por meio de videoconferência.

Questão 33

João, juiz de Direito, tomou conhecimento que Pedro teve sua honra atingida através de uma publicação feita no jornal local. Antes mesmo do ofendido se manifestar, mas pressupondo que Pedro recorrerá ao Poder Judiciário para requerer providências em face do autor da aludida publicação e solicitar o pagamento de danos morais, João decide instaurar um processo. Considerando a situação hipotética, a conduta do juiz viola o princípio processual do(a):

- A) Demanda.
- B) Juiz natural.
- C) Contraditório.
- D) Devido processo legal.

Questão 34

Lucas figura como parte autora em ação ordinária que tramita no juízo da Comarca Y. Em decorrência de um grave acidente, Lucas vem a falecer. De acordo com o Código de Processo Civil, é possível afirmar que a morte da parte:

- A) Acarreta a suspensão do processo.
- B) Acarreta na interrupção do processo.
- C) Acarreta na imediata extinção do processo.
- D) Não gera consequências jurídicas processuais.

Questão 35

Pedro, advogado, protocolou uma petição inicial a fim de dar início a uma ação civil de indenização por danos morais. Ocorre que Pedro, que está postulando em causa própria, deixou de mencionar na peça processual o seu endereço profissional. Nesse caso, o prazo para que o autor possa suprir tal omissão é de:

- A) Cinco dias.
- B) Dez dias.
- C) Quinze dias.
- D) Vinte dias.

Questão 36

Em um determinado processo, órgão do Tribunal emite decisão adotando a seguinte fundamentação: “inadmito o recurso de apelação, porque a decisão recorrida formou a sua convicção com base nas circunstâncias fáticas próprias do caso sub judice”. Com base estritamente na justificação apresentada, é possível afirmar que foi violado o princípio processual constitucional do(a):

- A) Motivação.
- B) Dispositivo.
- C) Publicidade.
- D) Contraditório.

Questão 37

Por estratégia de defesa, vista a existência de grave vício que implicaria na nulidade do processo, a parte deliberadamente resolve manter-se inerte por longo período, deixando para alegar a nulidade no momento que melhor lhe conviesse. Nesta hipótese, é aplicável o instituto de:

- A) *Surrectio*.
- B) *Supressio*.
- C) *Tu quoque*.
- D) *Venire contra factum proprium*.

Questão 38

O processo judicial, instrumento desenvolvido e controlado pelo Estado à disposição dos jurisdicionados para resolver conflitos de interesses, adota uma série de procedimentos para que a jurisdição seja exercida em conformidade com o Estado Democrático de Direito. O processo é tido como proposto quando:

- A) A parte é citada.
- B) É apresentada contestação.
- C) A petição inicial é protocolada.
- D) O juiz despacha, recebendo a petição inicial.

Questão 39

Em ação indenizatória em que o réu apresentou contestação, na qual preliminarmente questionou o valor da causa arbitrado pelo autor, o juiz resolveu a questão de mérito, e, posteriormente, acolheu a preliminar. O procedimento adotado pelo juiz foi:

- A) Regular, pois a situação seria de anulabilidade e não nulidade, a ser arguida pela parte que se sentir prejudicada.
- B) Irregular, embora não seja motivo para anulação do processo pois é aplicável o princípio da instrumentalidade das formas.
- C) Regular, pois o recolhimento das custas se dá ao final do processo, antes da sentença, não havendo determinação de forma diversa.
- D) Irregular, pois há a primazia da decisão de mérito, o que não permitiria ao magistrado posteriormente impedir a análise da preliminar.

Questão 40

Instituto que visa garantir o exercício do contraditório ou ampla defesa; a citação consubstancia o momento em que réus, executados ou interessados são chamados a participar do processo. A citação do réu é indispensável mesmo quando:

- A) A petição inicial é julgada inepta.
- B) O paradeiro da parte for desconhecido.
- C) O pedido é liminarmente julgado improcedente.
- D) O réu comparece espontaneamente ao processo.

Questão 41

Além do dever de ser instruída com os documentos indispensáveis para a propositura da ação, a petição inicial deve indicar: o juízo a que é dirigida – os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; o pedido com as suas especificações; e, o valor da causa. Caso seja verificado pelo juiz que esteja ausente algum desses requisitos redundando em empecilho para o julgamento de mérito, o autor deverá corrigir ou emendar a peça no prazo de:

- A) Três dias.
- B) Cinco dias.
- C) Dez dias.
- D) Quinze dias.

Questão 42

A realização da audiência de conciliação e mediação é etapa necessária do procedimento comum no processo civil, devendo ser designada após o juiz receber a petição inicial, preenchidos seus requisitos essenciais e não sendo caso de improcedência liminar do pedido. A resolução de conflitos pela conciliação e mediação ocorre por meio da:

- A) Transação.
- B) Negociação.
- C) Autocomposição.
- D) Heterocomposição.

Questão 43

Tendo em vista os princípios da economia processual e da busca da verdade, o juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo. No processo de destino, a prova emprestada apresenta natureza:

- A) Pericial.
- B) Eletrônica.
- C) Autenticada.
- D) Documental.

Questão 44

Os recursos apresentam como requisito a necessidade de pagamento adiantado das despejas relativas ao seu processamento. A espécie recursal que prescinde de preparo denomina-se:

- A) Apelação.
- B) Recurso ordinário.
- C) Agravo de instrumento.
- D) Embargos de declaração.

Questão 45

Decisão de mérito que transitou em julgado é rescindível nas hipóteses elencadas em lei. O meio de impugnação apto a modificar a decisão judicial que se tornou definitiva é um(a):

- A) Recurso.
- B) Ação autônoma.
- C) Sucedâneo recursal.
- D) Incidente processual.

Questão 46

O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos legais ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará:

- A) A extinção da ação sem resolução do mérito.
- B) Que o autor, no prazo de quinze dias, a emende ou complete a petição inicial.
- C) Diligências à Secretaria do Juízo para obtenção das informações faltantes na petição inicial.
- D) A citação do réu para que apresente defesa, cabendo à parte adversa indicar com precisão os vícios que podem gerar nulidade total ou absoluta.

Questão 47

Sobre os recursos do Código de Processo Civil, assinale a afirmativa correta.

- A) Cabe apelação contra as decisões interlocutórias que versarem sobre mérito do processo.
- B) Os embargos de declaração não possuem efeito suspensivo e interrompem o prazo para a interposição de recurso.
- C) A interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça suspende o prazo para interposição de recurso extraordinário por quaisquer das partes.
- D) O agravo de instrumento será dirigido ao tribunal competente, após o juízo de primeiro grau verificar os seguintes requisitos: os nomes das partes e o nome e o endereço completo dos advogados constantes do processo.

Questão 48

A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando:

- I. For proferida por juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente.
- II. For fundada em prova cuja falsidade tenha sido apurada em processo criminal ou venha a ser demonstrada na própria ação rescisória.
- III. Se verificar que foi proferida por força de prevaricação, concussão ou corrupção do juiz.
- IV. Violar manifestamente norma jurídica ou enunciado de súmula.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

Questão 49

Deverá o juiz na decisão de saneamento e de organização do processo; marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos.
- () Delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito.
- () Definir ônus da prova, não podendo atribuir o ônus da prova de modo diverso do que foi requerido pela parte.
- () Se houver pedido das partes, designar audiência de instrução e julgamento.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) V, F, V, V.
- C) F, F, F, F.
- D) F, V, V, V.

Questão 50

A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional, conforme as disposições do Código de Processo Civil. Sobre as características da jurisdição, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A jurisdição é fruto do poder jurisdicional do Estado, enquanto poder é uma coisa só; a divisão em matérias é meramente organizacional.
- B) A movimentação inicial da jurisdição está condicionada à provocação do interessado, salvo a restauração de autos que pode ser iniciada de ofício pelo juiz.
- C) O Estado-juiz vai substituir a vontade das partes, evitar o exercício arbitrário das próprias razões, não havendo casos em que a lei autoriza que a pessoa atue legitimamente.
- D) Tem por base o princípio do juiz natural, proibição do tribunal de exceção; tem relação com uma questão temporal. Juiz imparcial é aquele que não é suspeito e nem impedido.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**Questão 51**

No Processo do Trabalho, os embargos de declaração são regidos pelo Art. 897-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, supletivamente, pelos Arts. 1022 a 1026 do Código de Processo Civil (CPC). Sobre essa modalidade de recurso, é INCORRETO afirmar que:

- A) Devem ser interpostos no prazo de cinco dias úteis.
- B) A competência para seu julgamento é do próprio juízo que prolatou a decisão embargada.
- C) Eventual efeito modificativo somente poderá ocorrer em virtude de vício na decisão embargada e desde que ouvida a parte contrária, no prazo de cinco dias.
- D) Suspendem o prazo para interposição de outros recursos, por quaisquer das partes, salvo quando intempestivos, irregular a representação da parte ou ausente a sua assinatura.

Questão 52

No âmbito do processo do trabalho, é possível falar em três principais espécies de procedimentos processuais comuns: o procedimento ordinário com previsão nos Arts. 837 e seguintes da CLT; o procedimento sumaríssimo previsto nos Arts. 852-A a 852-I da CLT; e, por fim, o procedimento sumário que encontra previsão legal na Lei nº 5.584/1970, em seu Art. 2º e seguintes. Sobre o procedimento sumaríssimo, assinale a afirmativa correta.

- A) Diante das peculiaridades do caso concreto, admite-se a citação da parte ré por edital.
- B) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente.
- C) É cabível nos dissídios individuais cujo valor não exceda a vinte vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da ação.
- D) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento independentemente de intimação.

Questão 53

Nos termos do Art. 884 da CLT, garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado cinco dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação. Contudo, a lei dispensa a necessidade de garantia ou penhora na hipótese de:

- A) Empresa de pequeno porte.
- B) Microempreendedor individual.
- C) Diretor de entidade filantrópica.
- D) Empresa individual de responsabilidade limitada.

Questão 54

A Constituição da República de 1988, em seu Art. 111-A, prevê que funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (ENAMAT) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). Sobre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, é INCORRETO afirmar que o órgão exerça atividade:

- A) Financeira.
- B) Patrimonial.
- C) Jurisdicional.
- D) Administrativa.

Questão 55

Em Direito Processual, o prazo pode ser entendido como o período em que deve ser praticado o ato processual. Sobre os prazos processuais na sistemática processual trabalhista, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Com a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), a contagem de prazo em dias no Processo do Trabalho seguiu a disciplina dada pelo Código de Processo Civil, para considerar somente os dias úteis.
- B) A notificação postal, no caso de o destinatário não ser encontrado ou de ter seu recebimento recusado, terá de ser obrigatoriamente devolvida ao Tribunal, pelo Correio, no prazo de quarenta e oito horas.
- C) Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro (férias forenses coletivas), período no qual os juízes, os membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública e os auxiliares da Justiça também não poderão exercer suas atribuições.
- D) Os Juízes e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas. Assim sendo, faculta-se ao juiz do trabalho prorrogar um prazo não peremptório, pelo tempo estritamente necessário.

DIREITO TRIBUTÁRIO**Questão 56**

As custas judiciais designam a soma de despesas que se tem no andamento de um processo. Envolve as despesas do processo ou encargos decorrentes dele, desde que fixados em lei. Os valores devidos a título de emolumentos, por sua vez, se referem aos custos que envolvem o registro e os materiais utilizados. Custas e emolumento têm natureza de:

- A) Taxa.
- B) Tarifa.
- C) Imposto.
- D) Contribuição especial.

Questão 57

De acordo com previsão constitucional cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tributos e de suas espécies. Já a lei ordinária é o instrumento utilizado, em regra para criar tributos. Por sua vez, deve ser disposto por lei complementar:

- A) Contribuição de Melhoria.
- B) Imposto Sobre Grandes Fortunas.
- C) Imposto sobre Operações Financeiras.
- D) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico.

Questão 58

A obrigação tributária depende da descrição legal que preveja a hipótese de incidência do tributo, qualquer que seja sua espécie. A identificação da natureza jurídica do tributo é determinada pelo(a):

- A) Fato gerador.
- B) Modalidade de lançamento.
- C) Denominação adotada pela lei.
- D) Destinação legal do produto de sua arrecadação.

Questão 59

Com a finalidade de manter o equilíbrio entre os entes federativos, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços uns dos outros. Essa previsão abrange:

- A) A sociedade de economia mista de capital aberto.
- B) A fundação instituída ou mantida pelo Poder Público.
- C) A empresa pública que explore atividade econômica em sistema de concorrência.
- D) A organização não governamental para promoção do desenvolvimento econômico local.

Questão 60

Ao considerar a inexistência de dispositivo legal que impedisse a adoção de uma estratégia específica para não configurar a ocorrência do fato gerador do ICMS, o administrador de uma determinada empresa do setor automotivo decide realizar planejamento estratégico com o objetivo de não pagar o imposto.

No caso, praticou-se a:

- A) Elisão fiscal.
- B) Elusão fiscal.
- C) Evasão fiscal.
- D) Isenção fiscal.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.







INSTRUÇÕES

É facultativo o uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo, *smartwatch*, *smartband*, pulseiras ou braceletes magnéticos (ainda que terapêuticos) e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e integridade do Processo Seletivo, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários.
4. O Caderno de Provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o Caderno de Provas contém o número de questões previsto, se corresponde à função a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) que lhe foram fornecidos estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
5. As provas terão duração de 4 (quatro) horas. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito).
6. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito), devidamente assinado em local específico.
7. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
8. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
9. Para levar consigo o Caderno de Provas, o candidato deverá permanecer até os últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o término das provas. O candidato poderá se retirar do local de provas somente a partir de 1 (uma) hora após o início da realização das provas; contudo, não poderá levar consigo o Caderno de Provas.
10. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min do dia subsequente ao da realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha (segunda-feira).

- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 2 (dois) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Processo Seletivo de Estágio no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.

- A interposição de recursos poderá ser feita via *internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referentes à sua inscrição, apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Processo Seletivo.